



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9240 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

Perspectivas negras na descolonização de currículos em cursos de Pedagogia do Sul do Brasil

Eduarda Souza Gaudio - UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

Joana Célia dos Passos - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Perspectivas negras na descolonização de currículos em cursos de Pedagogia do Sul do Brasil

Resumo: O trabalho busca apresentar resultados de pesquisa que analisou os processos de institucionalização da educação das relações étnico-raciais (ERER) nos currículos dos cursos de Pedagogia de três universidades federais do Sul do Brasil: Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal de Santa Catarina e Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O estudo balizou-se nas produções do campo das relações raciais e epistemologias negras, bem como nas políticas de educação para as relações étnico raciais no Brasil. Para a realização da pesquisa, optamos pela Análise de Conteúdo dos projetos pedagógicos, programas e planos de ensino das disciplinas e entrevistas com docentes dos cursos de Pedagogia. A pesquisa constatou a existência de perspectivas negras decoloniais atuando nos cursos de Pedagogia, protagonizada por uma intelectualidade negra, sobretudo a atuação de mulheres negras, que formularam propostas práticas e teóricas voltadas ao campo de formação de professores/as. As ações exercidas pelas intelectuais negras não só denunciaram relações de poder, estabelecidas na consolidação das políticas educacionais, como também propuseram mudanças epistemológicas, a partir de uma perspectiva emancipatória de educação, pautada no reconhecimento da diversidade de raça, etnia, sexo, gênero e classe.

Palavras-chave: Educação das relações étnico-raciais. Cursos de Pedagogia. Currículo.

A educação sempre se destacou como pauta prioritária das lutas emergidas pelo Movimento Negro que, historicamente, tiveram esse direito negado e ignorado das políticas educacionais de estado. Para as populações negras, impedidas de acessar o sistema educacional público, a educação nunca foi um direito social garantido, mas sempre uma conquista alcançada por meio de lutas e resistências de mulheres e homens negros em prol da superação do racismo e da emancipação dos sujeitos (GOMES, 2017).

No âmbito da educação, a formação de professores/as caracteriza-se como um campo pensado pela intelectualidade negra, sobretudo, por mulheres negras que veem formulando um projeto de educação nacional. A atuação histórica de intelectuais negras no contexto educacional provocou implicações cruciais nas políticas educacionais vivenciadas atualmente, impactando nas estruturas curriculares das licenciaturas, incluindo os cursos de Pedagogia que

visam a formação de professores/as conscientes da diversidade étnico-racial existente em nosso país, contribuindo com a superação de exclusões sociais de diferentes naturezas.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia o egresso do curso deve estar apto a: “demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras.” (BRASIL, 2006, p. 02). Tal reconhecimento da dimensão étnico-racial na política de formação de professores/as não ocorreu de modo simples, mas a partir de um processo de disputa política, erguido e conduzido pela intelectualidade negra.

Compreendemos por intelectualidade negra o processo de luta autoconsciente da população negra, por meio de práticas contra-hegemônicas de resistências às lógicas de dominação racial (GONZALEZ, 1988; hooks, 2013; COLLINS, 2019). Esses sujeitos de modo engajado e politicamente posicionados, propõem ações e possibilidades de transformação social, conquistando um lugar de existência afirmativa no Brasil (GOMES, 2017). As ações e proposições engendradas pela intelectualidade negra incidiram nos currículos educacionais, sobretudo a partir da promulgação da Lei nº10.639/03, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96, obrigando a inserção da história e cultura afro-brasileira e africana nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, públicos e particulares, modificada novamente, pela Lei nº 11.645/2008, incluindo a temática indígena no currículo escolar.

A regulamentação dessa legislação ocorreu através das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER), com intuito de orientar os sistemas de ensino. As Instituições de Ensino Superior (IES) ganharam destaque nesse documento, especialmente aquelas que ofertam programas de formação inicial e continuada de professores/as como podemos perceber no artigo 1º: “As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes.” (BRASIL, 2004, p. 01).

Outro documento importante na regulamentação das diretrizes é o Plano Nacional de Implementação das DCNERER (2009). Os cursos de formação inicial promovidos pelas IES aparecem, novamente, como uma das estratégias possíveis de transformação dos conhecimentos existentes acerca das relações raciais, destacando suas atribuições e principais funções. O Plano evidencia a responsabilidade das instituições com a formação docente sob uma perspectiva de trabalho com a EREER, compreendendo a história da cultura africana e afro-brasileira, bem como a luta da população negra na formação da sociedade.

A partir das demandas colocadas pela Lei nº 10.639/2003, bem como as DCNERER e o Plano Nacional de Implementação, pretendemos apresentar resultados de pesquisa que analisou os processos de institucionalização da educação das relações étnico-raciais nos currículos dos cursos de Pedagogia de três universidades federais do Sul do Brasil: Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Tal problemática justifica-se pela necessidade de tensionarmos a estrutura curricular do ensino superior, demarcada historicamente pelo cânone eurocêntrico, ocidental, racista e branco. As universidades brasileiras constituíram-se a partir de um projeto colonial balizado por teorias raciais, sustentadas por uma ideologia pautada na existência da superioridade branca. Logo, analisar as estruturas curriculares que fundamentam os cursos de Pedagogia torna-se emergente, sobretudo em universidades do Sul do Brasil, região historicamente

marcada pela eficácia das políticas de branqueamento, que ainda produzem benefícios ao grupo racial branco.

Para desenvolver o estudo, optamos pela Análise de Conteúdo (BARDIN, 1979) dos documentos produzidos pelas universidades selecionadas, especialmente os Projetos Pedagógicos dos Cursos, os Programas e Planos de Ensino das disciplinas. Além disso, entrevistamos nove professores/as (cinco mulheres negras, duas mulheres brancas e dois homens negros) do curso buscando reposicionar os processos e os sujeitos protagonistas da institucionalização da EREER nos currículos dos cursos de Pedagogia da UFPR, UFSC e UFRGS. Escolhemos entrevistar docentes responsáveis por pautarem e institucionalizarem o debate racial no interior das três instituições ao proporem disciplinas específicas com abordagem étnico-racial, como também, aqueles/as que as ministram, com o intuito de conhecer narrativas, desafios, estratégias e possibilidades emergidas nas disputas curriculares pela pauta racial nos cursos.

A partir disso, assumimos como principal pressuposto a existência da insurgência de intelectuais negras e negros na formulação e disseminação de uma perspectiva negra decolonial brasileira atuando em universidades do Sul do Brasil. As ações, proposições e estratégias de descolonização dos currículos foram protagonizadas por professoras e professores negros, inseridos nos cursos de Pedagogia da UFPR, da UFSC e da UFRGS, articulados a núcleos, grupos e entidades dos movimentos negros.

O processo de institucionalização da EREER nesses currículos ocorreu através da proposição de disciplinas obrigatórias específicas que focalizam a discussão racial, dos projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pelos diversos grupos e núcleos da universidade, bem como pelas mudanças ocorridas na lógica racial acadêmica a partir das políticas de ações afirmativas, especialmente o sistema de cotas em instituições federais.

No que tange às disciplinas que abordam a dimensão racial, destacamos a UFPR que oferta a disciplina “Diversidade étnico-racial, de gênero e sexual”, com a carga-horária de 60 horas. A disciplina “Diferença, estigma e educação” oferecida no curso de Pedagogia/UFSC, com 54 horas. E a disciplina “Educação e Relações Étnico-raciais” ministrada na UFRGS, com a carga-horária de 30 horas.

A história de proposição dos componentes curriculares envolveram acordos, estratégias e disputas pela necessidade de inserção da perspectiva racial no processo formativo docente. Tais possibilidades de disciplinas obrigatórias criadas nos cursos da UFPR, UFSC e UFRGS para a institucionalização da EREER nos currículos da Pedagogia foram protagonizadas pela atuação de coletivos, grupos e sujeitos vinculados ao Movimento Negro, afirmando seu papel como educador, produtor e sistematizador dos saberes e conhecimentos acerca da dimensão racial no Brasil (GOMES, 2017).

Nas três instituições, a aprovação das disciplinas obrigatórias foi disputada no interior de reformas e adaptações curriculares dos cursos de Pedagogia. Algumas especificidades marcaram esse processo, como na UFPR que contou com a abertura de concurso público para admitir docente responsável pela disciplina específica de relações raciais, anteriormente a aprovação da disciplina obrigatória no currículo. Após a admissão de uma professora vinculada com a área específica, a disciplina obrigatória intitulada “Diversidade étnico-racial, gênero e sexualidade” foi aprovada no PPC de 2018. No caso da UFSC, a proposição da disciplina “Diferença, estigma e educação” esteve ligada aos tensionamentos trazidos por docentes, estudantes e entidade vinculada ao Movimento Negro. Na UFRGS, a aprovação do componente obrigatório “Educação e Relações Étnico-raciais” esteve articulada com o processo de fiscalização da Lei 10.639/2003 pelo Ministério Público de Contas do Rio Grande do Sul, promovendo uma movimentação na universidade acerca da discussão étnico-racial.

As entrevistas demonstraram a importância do trabalho emergido por sujeitos vinculados aos movimentos sociais, evidenciando a participação de grupos e coletivos no processo de institucionalização da EREER nos currículos de Pedagogia. Entre as entidades, ressaltamos o Grupo Palmares na UFRGS e o Núcleo de Estudos Negros (NEN) na UFSC. Ademais, foram enfatizados os grupos de pesquisas e extensão como o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros/as da UFPR, o Grupo de estudos e pesquisas sobre diferença, arte e educação (ALTERITAS) da UFSC, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos (NEAB) e o Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS), ambos da UFRGS. Esses grupos tiveram papel fundamental na perspectiva racial nos currículos dos cursos e permanecem desenvolvendo possibilidades com o intuito de romper as estruturas raciais das instituições. As atuações dos diversos coletivos sociais, em articulação com as universidades pesquisadas, balizaram a concepção do Movimento Negro como ator político na produção e descolonização de conhecimentos com intuito de superar o racismo e as desigualdades raciais no país.

O estudo também revelou a insurgência de intelectuais negras no processo de proposição e formulação de possibilidades da institucionalização do debate racial, sobretudo mulheres negras inseridas nesses cursos de Pedagogia. A atuação das docentes negras participantes da pesquisa foi e permanece sendo crucial na discussão e sistematização da abordagem racial no interior da UFPR, da UFSC e da UFPR, rompendo com a lógica patriarcal e branca das universidades brasileiras. As professoras negras assumiram a intelectualidade como um ato contra-hegemônico, produzindo e propondo disciplinas, alterações institucionais e curriculares, criação de grupos e núcleos de pesquisas e estudos, atividades de extensão, organização de palestras e seminários, contribuindo com o enraizamento da dimensão racial na formação inicial de professores/as.

Os entraves e reações contrárias à perspectiva racial estiveram presentes no processo de alterações e mudanças de uma estrutura curricular marcada pela colonialidade e branquitude. Dentre os obstáculos, enfatizamos: inserção tardia da questão racial como uma dimensão obrigatória na formação inicial dos/as professores/as das universidades; entraves nos trâmites burocráticos para aprovação de disciplinas nas reformas curriculares; riscos de descontinuidades das disciplinas obrigatórias de perspectiva racial; descon sideração da categoria racial na bibliografia das disciplinas integrantes da matriz curricular do curso mantendo a temática como exclusividade dos componentes específicos.

A partir dos elementos apresentados, reconhecemos a atuação da intelectualidade negra inserida nos cursos estudados como insurgentes na medida em que abriram caminhos e estratégias de descolonização dos currículos, formulando e propondo ações teóricas e metodológicas para a institucionalização da diversidade racial, de gênero, classe e sexo como estruturantes das áreas e campos disciplinares do processo formativo docente.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1979.

BRASIL. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-**

Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. **Resolução Nº 1/2004.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 1/2006.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília: MEC, 2006.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro:** conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Trad. Jamile Pinheiro Dias. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Revista Tempo Brasileiro.** Rio de Janeiro, No. 92/93 (jan./jun.). 1988, p. 69-82.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador:** saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013.